

UMA CURVA PARA O SUL: O BRASIL NA DIÁSPORA HAITIANA

Patrícia Rodrigues Costa de Sá

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a migração haitiana em um momento de redirecionamento dos fluxos, provocado pela remigração de haitianos que haviam se estabelecido no Brasil entre 2011 e 2016. O redirecionamento de haitianos para novos destinos estimula a reflexão sobre o significado do Brasil nesta diáspora.

Diversos aspectos da migração haitiana para o Brasil foram explorados em estudos pontuais, por pesquisadores de diferentes áreas. Seus achados tornam-se agora objeto de revisão e triangulação. Além dos estudos disponíveis, a desaceleração do fluxo para o Brasil e a remigração de haitianos para outros destinos contribuem para a compreensão das causas e implicações desta migração.

De acordo com dados do CNIg e da Polícia Federal, entre os anos de 2012 e 2016 pouco mais de 77 mil haitianos haviam realizado registro de entrada no Brasil. Se comparado a outros fluxos, tais como a saída de sírios em direção à Europa, o fluxo de haitianos para o Brasil não representa um movimento populacional grande em números absolutos¹. Porém, alguns aspectos o tornam particularmente significativo. O primeiro deles é a sua *intensidade*. O fluxo de haitianos para o Brasil concentrou-se temporalmente em um curto prazo de cinco anos e cresceu durante o período de modo exponencial. Os registros na

1 Os números apresentados referem-se aos imigrantes haitianos que realizaram registro na Polícia Federal após a entrada no país. Estimativas não oficiais consideram que o número ultrapassou 80.000 imigrantes desde o início da migração. No entanto, ainda que seja realizado o ajuste, o fluxo é considerado pequeno em termos absolutos, quando comparado a outras diásporas.

Polícia Federal passaram de pouco mais de 4.000, no ano de 2012, para mais de 40.000, em 2016².

Além de sua particular *intensidade*, a inclusão do Brasil representou uma nova *espacialidade* para a migração haitiana. Isso se deve à inclusão da América do Sul no espaço transnacional haitiano, do Brasil como principal centro de atração, e de outros países latino-americanos como locais de trânsito. Esta espacialidade inclui, portanto, não apenas o Brasil (como país de destino) e o Haiti (como país de origem), mas envolve também outros países e nacionalidades, em um complexo processo de circulação internacional de pessoas, motivado por uma combinação de fatores, sobretudo de natureza econômica. Esta nova espacialidade, suas características e condicionantes, serão discutidos a seguir, em três partes. Na primeira parte, será apresentado o polo de origem e as interseções com as teorias sobre migrações. Na segunda parte, o fluxo será analisado a partir das suas implicações sobre o polo de destino. Na terceira parte, serão apresentadas e discutidas as implicações e tendências espaciais decorrentes dos fluxos populacionais entre os dois polos.

A TRADIÇÃO MIGRATÓRIA DO HAITI

As migrações haitianas tiveram início em fins dos anos de 1950 e ocorreram em resposta a fatores de expulsão populacional na origem. Os movimentos migratórios, decorrentes das forças de expulsão, foram direcionados geograficamente em resposta às políticas migratórias externas e consolidaram uma forte tradição migratória no Haiti.

Após décadas de migrações, os haitianos vivem hoje em diversos países. Seu espaço migratório inclui o Caribe, a América do Norte, a Europa e, mais recentemente, passou a incluir também a América do Sul. Fluxos de informação e recursos ocorrem de modo intenso entre as fronteiras deste grande espaço transnacional.

Embora criem raízes nos países de destino, os imigrantes mantêm vínculos com o país de origem. Segundo Schiller, Basch e Blanc (2010, p. 48), esses vínculos com dois ou mais polos configuram um espaço transnacional e caracterizam os migrantes como *transmigrantes*. Segundo Bordwin (2003), as conexões entre os migrantes no espaço transnacional se manifestam de modo

subjetivo, através de ideias, pessoas e recursos, e possibilitam a ligação entre membros de grupos geograficamente dispersos. (Bordwin, 2003, p. 384-385).

Vale notar que a existência de vínculos está relacionada com a existência de *redes* transnacionais. Já a dispersão geográfica de grupos de migrantes está relacionada com a *diáspora*. A dispersão se manifesta juntamente com um sentimento comum de pertencimento, identidade, empatia, desejo de retorno, idealização ou responsabilidade em relação ao grupo e às origens. A análise do espaço transnacional das migrações haitianas permite identificar alguns aspectos típicos de diáspora, conforme sintetizados por Cohen (2008, p. 17). Ao lado da enorme dispersão geográfica, os migrantes mantêm compromisso e sentimento de responsabilidade em relação ao país de origem.

Além de assumirem contornos de diáspora, as migrações haitianas revelam-se eminentemente dinâmicas. Seus fluxos são decorrentes da fragilidade política e econômica do Haiti e seus destinos são sensíveis à política migratória externa. Em resposta a um sempre presente elemento de expulsão, os haitianos elegem a direção do movimento em função do grau de abertura de destinos novos e tradicionais, bem como dos custos e riscos de neles se estabelecerem. Trata-se, portanto, de uma decisão calculada e influenciada pela política migratória externa.

O apoio encontrado pelos haitianos em suas redes sociais exerce grande influência sobre os custos e riscos de migrar. A existência de redes é fruto da tradição migratória do Haiti, iniciada em resposta a fatores políticos que marcaram o país a partir do final da década de 1950. Como resultado do movimento iniciado naquela época, toda família haitiana possui ligações com parentes e conhecidos já estabelecidos no exterior, o que possibilita a manutenção de um fluxo de informações e recursos financeiros entre as fronteiras da diáspora. As redes também operam oferecendo apoio financeiro, logístico e acolhida aos novos migrantes, bem como recursos para familiares que permanecem no Haiti.

Desde o início da diáspora, a direção dos fluxos migratórios reflete sensibilidade à política migratória externa. Em tempos de maior abertura por parte dos Estados Unidos, os fluxos se intensificam para aquele país. Em tempos de controle à entrada, a mobilidade de haitianos se direciona para países do Caribe, que são utilizados como destinos alternativos e geralmente temporários pelos haitianos. Neste grupo estão incluídos países como Ilhas Turcas e Caicos, Bahamas e República Dominicana (Ferguson, 2003, p. 6).

A diáspora haitiana pode ser compreendida a partir de uma combinação de abordagens teóricas. A primeira delas está associada às condições que exercem força de expulsão populacional. Esta argumentação encontra respaldo na abordagem teórica de autores como Ravenstein (1885) e Lee (1966). Segundo Santos et al (2010, p. 10-11), estes estudos pioneiros basearam-se no pressuposto de que certas regiões absorvem, enquanto outras expelem população. A mobilidade resultante é fruto da superação de obstáculos intervenientes por parte do migrante.

Os fatores de expulsão no Haiti decorrem, em grande parte, da deterioração das condições naturais e econômicas, fruto de crises políticas que marcaram a história do país. Um breve exame da história do país esclarece sobre essa relação. A independência da França em 1804 representou para o Haiti uma liberdade a preço tão alto que mergulhou o país em um estado de fragilidade econômica e política nunca mais superada, conforme discutido por autores como Ulysse (2015) e Andrade (2016). Os conflitos anteriores à independência desestruturaram o sistema de plantações, no qual se apoiava a economia, e acarretaram endividamento, a título de indenização a ser paga à França. Soma-se a isso o isolamento imposto ao Haiti por países europeus, temerosos de que o movimento de independência se estendesse por outras colônias americanas. Mais tarde, entre 1915 e 1934, a ocupação militar americana concentrou iniciativas, e recursos na capital haitiana, criando desequilíbrio interno e nova onda de instabilidade política, que proporcionou condições para ascenção do regime totalitário subsequente, iniciado com François Duvalier, em fins dos anos de 1950. Esta fase foi marcada por corrupção, ameaças e perseguições políticas que estimularam a emigração.

Glick-Schiller e Fouron (1990, p. 335) explicam que os primeiros haitianos a emigrar eram inimigos políticos de Duvalier e famílias mulatas de classe alta, que viam a ascensão do novo regime como ameaça política e econômica. Esses grupos começaram a deixar o Haiti em 1957 e receberam, em seguida, adesão de membros da pequena burguesia negra haitiana e da classe média urbana.

A instabilidade política, associada à precariedade das condições econômicas, persistiu nos governos seguintes, mesmo após a queda do regime Duvalier. Em resposta à crise instaurada, a ONU realizou intervenções, a mais recente delas em 2004. Quando o terremoto de 2010 atingiu o país, sucessivas crises já haviam ocasionado a saída de grande contingente de haitianos

e deteriorado as condições econômicas e políticas. Assim, quando o Brasil passou a integrar o espaço transnacional haitiano, o Haiti reunia fatores consistentes de expulsão populacional, tradição migratória e dependência de remessas internacionais.

De acordo com dados do Banco Mundial, a população do Haiti é de 10.847.330 pessoas, ficando atrás apenas de Cuba e ocupando, portanto, o posto de segundo país mais populoso do Caribe, com uma população ligeramente superior à da vizinha República Dominicana.³ Os indicadores de saúde, educação e renda do Haiti revelam a precariedade das condições de vida para aqueles que lá permanecem e explicam a disposição dos haitianos em buscar alternativas fora do país. Os indicadores mostram que os elementos de expulsão populacional estão presentes, independentemente da ocorrência de acidentes naturais, como terremotos ou furacões. Quando atingem o país, estes eventos apenas agravam uma realidade já marcada pela presença de fortes fatores expulsivos, associados à pobreza, precariedade de infraestrutura e ausência de perspectivas de trabalho e renda. Este quadro expulsa, sobretudo, os haitianos de melhor qualificação, que há décadas optam por deixar o país, aumentando assim a proporção de mão-de-obra sem qualificação que permanece no país. Wah (2013) lembra que o Haiti já perdeu 70% de sua mão-de-obra qualificada, que deixou o país em direção à República Dominicana, Estados Unidos e Canadá (Wah, 2013). Apesar das condições precárias que o oferece à sua população, o Haiti abriga um grande percentual de jovens e crianças. A pirâmide etária do país é caracterizada por uma base larga, resultado do fato de que 33,34% da população tem idade inferior a 14 anos⁴.

Outro aspecto marcante da realidade recente haitiana é o elevado percentual de pessoas que até bem pouco tempo viviam em área rural. Os dados da Tabela 1 mostram que a população urbana somente superou a rural durante a primeira década do século XXI. A situação rural, em a maioria dos haitianos vivia até poucos anos, contribuiu para o agravamento das condições de vida, já que as transformações sofridas pelo país ao longo da história limitaram a produtividade da terra (Diamond, 2007, p. 397 e seg.).

3 Dados disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL>

4 Dados disponíveis em <https://www.populationpyramid.net/haiti/2016/>

Tabela 1. Situação da população haitiana 1990-2010 (%)

	1990	2000	2010
População urbana	29	36	52
População rural	71	64	48

Fonte: Unicef *Haiti Migration profiles*.

Nas últimas décadas, diversas iniciativas foram conduzidas por agências governamentais e não governamentais, com o objetivo de reverter o quadro de pobreza que prevalecia no Haiti. Esses esforços, além da intensificação das remessas de recursos por imigrantes estabelecidos no exterior, possibilitaram alguma melhora nos indicadores do país, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2. IDH e Esperança de Vida ao nascer – Haiti 1990-2010

	1990	2000	2010
IDH	0,4	0,42	0,45
Esperança de vida ao nascer	54,5	57,5	61,9

Fonte: Unicef *Haiti Migration profiles*.

Embora os dados apontem atualmente para uma situação um pouco melhor para o Haiti, em relação à média dos países de baixo IDH, a comparação com outros países vizinhos mostra condições ainda muito distantes das encontradas na região do Caribe, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Indicadores de saúde, renda e educação – 2016

	Mortalidade infantil	Mortalidade na infância	Razão de dependencia <14 anos	Razão de dependencia > 65 anos	Alfabetização > 15 anos	PIB per capita
Média (1)	54.72	78.42	78.06	5.58	59.80	94.06
Cuba	4.0	5.5	23.4	20.0	99.7	19.950
República Dominicana	25.7	30.9	47.3	10.5	91.8	13.375
Haiti	52.2	69.0	54.8	7.5	60.7	1.658
Bahamas	9.9	12.1	29.6	11.7	---	22.394

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do United Nations Development Program – UNDP 2016.

(1) Refere-se à média dos países de baixo IDH

Um aspecto relevante mostrado na Tabela 3 refere-se à razão de dependência da população com idade superior a 65 anos. No Haiti, a razão é maior que a média para os países de baixo IDH, o que mostra a elevada dependência de idosos em relação aos recursos fornecidos pela população economicamente ativa.

Os dados anteriores reforçam o argumento de que a permanência no Haiti é a pior opção. Eles também explicam a máxima mobilização de cada grupo familiar no sentido de encontrar recursos fora do país. A análise dos dados do Haiti, referentes à razão de dependência de idosos e crianças, sinalizam para a necessidade de busca por trabalho e renda no exterior, bem como para a responsabilidade assumida pela população jovem e adulta em relação às crianças e, sobretudo, aos idosos.

Os valores enviados ao Haiti como remessas mostram a representatividade dos recursos obtidos no exterior. De acordo com dados do Banco Mundial, desde 2002 as remessas enviadas ao Haiti superaram 20% do PIB anual do país. Somente no ano de 2015, os valores ultrapassaram os 2 bilhões de dólares anuais, registrando uma tendência crescente iniciada em fins dos anos de 1990.⁵

As migrações haitianas guardam relação ainda com os pressupostos neoclássicos nos quais se baseiam algumas teorias de migrações internacionais. De acordo com Williamns e Balaz (2015, p. 27) esta corrente teórica se fortaleceu a partir da contribuição de Bentham, segundo o qual os migrantes avaliam individualmente o risco e o retorno associados à decisão de migrar, buscando maximizar a utilidade. A contribuição de Bentham desconsidera as implicações de aspectos não-econômicos que, mais tarde, foram incorporados aos modelos. Este é o caso do componente comportamental introduzido por Courgeau (1995), que inclui elementos como a idade e a estrutura familiar à tomada de decisão.

Para Harris e Todaro, (1970), as migrações são fruto de decisões individuais na busca por maiores rendas, o que direciona fluxos de países de baixos salários para países que oferecem melhores perspectivas. Para Massey et al (1993, p. 435-436), o migrante busca rendimentos que possam melhorar sua condição no país de origem. A atratividade do país de destino se deve, portanto, às possibilidades de oferecer ao imigrante uma renda mais alta, comparativamente àquela auferida no país de origem. Além da renda relativa, as

5 Dados disponíveis em <https://data.worldbank.org/indicator/BX.TRF.PWKR.CD.DT?locations=HT> e <https://fred.stlouisfed.org/series/DDOI11HTA156NWD>

condições de recepção, acolhida e segurança presentes no destino exercem um efeito psicológico positivo para os migrantes, que as interpretam como uma redução do risco de migrar.

Esse aspectos da abordagem neoclássica são encontrados na migração haitiana para o Brasil, país que a partir de 2010 passou a oferecer oportunidades de trabalho e boas perspectivas de renda, comparativamente às presentes no Haiti. O país também se destacou por oferecer segurança, sob forma de concessão de vistos e autorizações de trabalho que reduziam o risco inerente à migração.

O cálculo que ampara a decisão de migrar pode, no entanto, resultar de informações imprecisas, somadas a um exacerbado otimismo. Segundo Metzner (2014, p. 28 e seg.), este parece ter sido o caso de muitos haitianos que decidiram migrar para o Brasil evando em conta poucos elementos de referência sobre o país, tais como o clima, as praias, o futebol, além de informações pontuais sobre demandas por mão-de-obra no setor de construção civil brasileiro. De modo geral, havia pouco conhecimento sobre o país e suas dimensões, salvo sobre grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. Faltava percepção sobre a dimensão territorial do país, suas ligações rodoviárias, bem como o tempo e as distâncias a serem percorridas em deslocamentos internos. Isso levou os primeiros haitianos a idealizarem a vida no Brasil a partir de um rol limitado e impreciso de informações, porém com grandes expectativas que nem sempre condiziam com a realidade. Metzner (2014, p. 28) lembra que a decisão de migrar refletia originalmente um exacerbado otimismo dos haitianos, que revelavam expectativa de receber altos salários no Brasil, suficientes para adquirir ativos, poupar e auferir renda para remessas.

Após a chegada, os primeiros grupos gradativamente constataram que as expectativas de renda ficariam aquém do esperado. No entanto, os que já estavam no Brasil permaneceram e incentivaram a entrada de milhares de outros. A manutenção do fluxo se deveu à associação entre baixo risco e uma perspectiva de renda que ainda era vantajosa, dada a deterioração do mercado de trabalho no país de origem. Assim, após adaptação das expectativas em relação à renda no Brasil, o projeto migratório para o país ainda assegurava um bom retorno em termos de renda relativa. Além disso, o baixo risco associado à migração para um destino que garantia a entrada e permanência, sem as temidas ameaças de deportação, ajudaram a manter a atratividade exercida pelo Brasil. Finalmente, o apoio emocional, psicológico e logístico pesavam a favor da manutenção dos fluxos, já que novos imigrantes podiam contar com a acolhida

e o capital social acumulado pelos parentes e amigos já estabelecidos no país. A combinação desses três elementos manteve o Brasil como um destino ainda atrativo, até que a crise econômica começou a agravar o quadro de desemprego entre os imigrantes, o que ocorreu a partir de fins de 2014.

Para os haitianos que se estabeleceram no Brasil, a composição dos valores enviados ao país de origem ocorre mediante grandes sacrifícios e privações. Dentre as estratégias adotadas para composição de remessas está a formação de domicílios multifamiliares, habitados por imigrantes que possuíam laços sociais fracos antes de optarem pela residência conjunta. Muitos haitianos relatam viverem com primos, amigos e cunhados para assim suportarem o custo de vida das grandes regiões metropolitanas brasileiras, tais como São Paulo e Belo Horizonte. Esta realidade afeta até mesmo os imigrantes que vivem no país com os respectivos cônjuges, mas que moram com parentes ou conhecidos de nacionalidade haitiana (Sá, 2015, p.114).

Além de refletir ausência de um núcleo familiar comum, a composição dos domicílios também revela superocupação e imposição de grandes deslocamentos diários para o trabalho. Estes deslocamentos, somados à jornada diária e ao esforço físico associado às funções geralmente ocupadas por imigrantes, explicam o misto de sacrifício e privações vivido pela população haitiana no Brasil, conforme discutido por Sá (2015, p.118) e Fernandes e Castro (2014, p. 62).

Até 2014, quando a crise econômica no Brasil ainda não tinha afetado o setor de construção civil, muitos imigrantes haitianos realizavam hora-extra ou trabalhos informais, com os quais cobriam suas despesas de moradia e alimentação, para então enviarem o valor integral do salário principal como remessa aos familiares no Haiti. Até 2014, os haitianos relatavam interesse em poupar para promover a reunião familiar no Brasil, mas o desemprego, a desvalorização do Real e a perda do poder aquisitivo decorrente da inflação, provocaram uma revisão desses projetos. No começo da crise, a chegada de parentes do sexo masculino permitiu aos imigrantes manterem os planos de permanência no Brasil, pois possibilitou o rateamento do custo de aluguel e ajudou na composição das remessas. Por outro lado, adiou a percepção sobre a dimensão da crise macroeconômica que atingia o país. Esta, ao se intensificar em 2015, impôs uma grave restrição de renda aos haitianos e fortaleceu o interesse pela busca de novos destinos.

Outra característica da migração haitiana para o Brasil foi o planejamento do projeto em escala familiar, a fim de garantir que os imigrantes mais

aptos a trabalhar migrassem primeiro. Relatos colhidos até 2015 mostram a intenção dos haitianos em promover a reunião familiar no Brasil (Sá, 2015, p.116 e seg.). Este aspecto encontra respaldo em Massey et al (1993) e Stark (1993), que remetem à migração como fruto de projeto familiar. Os contornos de projeto familiar explicam a decisão das famílias haitianas de se desfazarem de ativos. A venda de imóveis e terras permitiu que famílias reunissem recursos para financiar o projeto migratório daqueles mais aptos a migrar. Essa estratégia consiste em uma tentativa de obter melhor retorno para os recursos familiares e assegurar melhores perspectivas para os familiares que permanecem no Haiti.

A migração haitiana para o Brasil também destaca o poder das redes sociais e dos vínculos existentes entre os haitianos, embora geograficamente dispersos pelos fluxos da diáspora. Esta característica encontra respaldo na Teoria das Redes, de acordo com a qual os laços entre os migrantes facilitam a realização do projeto migratório, através da disseminação de informações sobre rotas, oportunidades de trabalho, apoio financeiro e psicológico. Estas redes se estruturaram a partir dos laços fortes e fracos (Granovetter, 1973, Grieco, 1998, Massey et al, 1993) e revelam-se particularmente importantes para viabilizar o projeto migratório, possibilitando a migração em cadeias (*chain migration*), pela qual um imigrante facilita a migração de outros, como lembram Weeks e Weeks (2010, p.7). Para Pedone (2011, p.15), a migração laboral conduz gradualmente à formação de redes, que conectam indivíduos em diversos destinos finais e intermediários, em busca da otimização de oportunidades.

Manning (2005, p. 9-10) destaca que qualquer movimento que envolva grande número de migrantes tende a criar redes para organizar o processo de deslocamento. As redes permitem que os migrantes se beneficiem do capital social, representado pelo rol de recursos intangíveis do grupo (Lin, 2001, Portes, 1998). Em termos de capital social, os haitianos que migraram para o Brasil apresentaram poucos recursos, configurando portanto um capital social fraco. Esse aspecto decorreu das dificuldades de comunicação em português, da impossibilidade de validação de diplomas e do número limitado de laços com pessoas do país de destino. Assim, o suporte recebido pelos haitianos esteve mais relacionado à solidariedade existente entre os membros do grupo do que a recursos materiais e imateriais compartilhados entre eles.

Para o Haiti, o fortalecimento do fluxo migratório para o Brasil representou uma mudança no padrão migratório. Até 2010, as migrações haitianas

tinham como destino principal os Estados Unidos e os países caribenhos vizinhos ao Haiti, alguns deles na rota de acesso à Flórida, onde se concentra a principal e mais numerosa comunidade haitiana nos Estados Unidos. Além dos Estados Unidos e do próprio Caribe, as migrações haitianas tinham como destino países onde o idioma francês representava um atrativo e uma possível facilidade incial de adaptação, já que reduzia a barreira linguística, como é o caso do Canadá e, em menor escala, da França.

De fato, o relatório do UNICEF aponta que, até o ano de 2013, os maiores estoques de imigrantes haitianos concentravam-se nos Estados Unidos, seguido pela Republica Dominicana, Canadá, França e Bahamas. Embora a crise política no Haiti e a intensificação dos controles pelos países de destino tivessem atuado, ora intensificado, ora retraindo os fluxos provenientes do Haiti, a composição dos estoques de migrantes haitianos resultou de movimentos populacionais que se estenderam por décadas, de modo mais ou menos contínuo. A perenidade e os números absolutos de haitianos nestes movimentos consolidou um espaço transnacional para a diáspora haitiana, direcionado sobretudo para a América do Norte.

No entanto, o número de haitianos que entraram no Brasil entre 2010 e 2015 chegou a superar o estoque de haitianos vivendo em países importantes da diáspora, tais como o Canadá, e que lá se estabeleceram durante décadas. A intensidade do fluxo para o Brasil mostra-se portanto mais representativa do que seus números absolutos. Além disso, o movimento para o Brasil foi fruto de uma mobilidade que, pela primeira vez na história do Haiti, voltou-se efetivamente para o sul, caracterizando assim um sentido novo na orientação espacial da diáspora haitiana.

A ATRATIVIDADE EXERCIDA PELO RRASIL

Até 2010, os imigrantes haitianos não consideravam o Brasil como destino de seus projetos migratórios e o Brasil, à época, não recebia fluxos intensos como os que passou a receber com a chegada de haitianos. No entanto, após o desastre natural que devastou o Haiti naquele ano, a migração para o Brasil teve início, contrariando a tradição migratória do Haiti e inserindo o Brasil no espaço transnacional haitiano, em um movimento temporalmente concentrado e que cresceu rapidamente em um prazo de cinco anos. Esta sessão discute a entrada do Brasil no espaço transnacional haitiano.

A situação do Brasil no contexto das migrações internacionais sofreu mudanças significativas desde o início da colonização portuguesa. Essas mudanças alteraram a nacionalidade, as motivações e o perfil demográfico dos migrantes ao longo da história do país. Durante os anos do Brasil Colônia, a entrada de escravos africanos assegurou o funcionamento e a manutenção da economia colonial. Entre os anos de 1550 e 1850, estima-se que 6 milhões de africanos entraram no Brasil como escravos. Com a Lei Eusébio de Queirós, que determinou o fim do comércio de escravos, teve início um movimento de incentivo à entrada de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café, estimulando assim a migração de alemães, italianos, portugueses e espanhóis. Que totalizaram 1,9 milhões de pessoas, entre os anos de 1880 e 1903 (Amaral e Fusco, 2005). Segundo Patarra (2005), a proporção de estrangeiros no Brasil era de 6,16% no início do século XX, mas sofreu redução gradativa nas décadas subsequentes, em resposta à regulamentação das leis do trabalho e, mais tarde, aos problemas econômicos.

Durante os anos de 1980, os fluxos de entrada tornaram-se bem menos representativos, em números absolutos, e a proporção de estrangeiros em relação à população total já era muito menor que no começo do século. Além disso, durante esta década, os fluxos estavam geograficamente concentrados em relação às origens, pois envolviam principalmente migrantes de países fronteiriços ao Brasil, além de grande número de africanos de língua portuguesa, vindos de Angola.

Recentemente, o Brasil começou a ganhar destaque nas rotas de fluxos migratórios internacionais, na condição de país receptor de mão-de-obra e de refugiados. Com os novos fluxos, o país modificou a realidade migratória verificada nos anos de estagnação macroeconômica das décadas de 1980 e de parte da década de 1990, quando o fluxo de brasileiros para o exterior superava o de estrangeiros em direção ao país (Carvalho, 1996, p.13). Segundo Patarra (2005), a população estrangeira residente no Brasil passou de 912 mil, em 1980, para menos de 768 mil, em 1991, e cerca de 251 mil, em 2000.

Entre os anos de 1997 e 2004, o governo brasileiro implementou resoluções normativas, referentes às regras para trabalhadores estrangeiros. O objetivo era de priorizar a concessão de permissões de trabalho a estrangeiros detentores de diploma universitário. No entanto, segundo Amaral e Fusco (2005), a entrada de trabalhadores de baixa qualificação persistiu, apesar das resoluções e da pressão das organizações, que se empenhavam em obter do governo

maior controle às entradas de estrangeiros, por entender que elas acirravam a competição por vagas no mercado de trabalho de baixa qualificação.

A recuperação macroeconômica do Brasil, nos primeiros anos do século XXI, reforçou o interesse de imigrantes de países fronteiriços a buscarem se estabelecer no Brasil. Dentre esses grupos, destacaram-se os bolivianos e paraguaios. Porém, ao lado dos fatores internos, fatores externos afetaram países da África, do Oriente Médio e, em particular, o Haiti, e provocaram aumento no número de estrangeiros buscando residir no Brasil. A melhora da condição econômica do Brasil exerceu atração sobre os migrantes, quando comparada às décadas anteriores. Enquanto nas décadas de 80 e 90 o fraco desempenho econômico do Brasil não permitia que o país despertasse grande interesse, a partir dos primeiros anos do século XXI o país começa a reunir condições indicativas de atratividade, por ter superado o desequilíbrio monetário e reunido condições para voltar a crescer.

Nos anos que antecederam a entrada dos primeiros grupos de haitianos, a economia brasileira experimentou uma fase de expansão, com crescimento do emprego e aumento da demanda por mão-de-obra de baixa qualificação, conforme discutido por Brunelli (2014, p. 66), Weisbrot, Johsnton e Lefebvre (2014, p.1). No plano político e de relações externas, o país intensificava esforços diplomáticos e se empenhava em demonstrar competência econômica e militar (Ramalho, Goes, 2010, p. 63). Além disso, a legislação brasileira favorecia a aceitação de solicitantes de refúgio, fruto de sua política amparada no princípio de não-devolução de nacionais. Esses fatores favoreceram a atratividade do Brasil para os fluxos migratórios haitianos, que buscavam um destino mais seguro e promissor após a passagem do furacão em 2010. Verificou-se, portanto, uma conjugação de elementos de atração no Brasil, que coincidiram com o agravamento dos fatores de expulsão presentes no Haiti.

Segundo Pacífico e Pinheiro (2013, p. 110) a Lei 9.474, de 1997 incorpora um elemento humanitário à definição de refugiado, e favorece a concessão do status aos estrangeiros que o solicitam. Este aspecto da legislação explica os números de refugiados no Brasil. De acordo com dados da ACNUR (2016), até o ano de 2015, o Brasil abrigava cerca de 90.000 refugiados, dos quais mais da metade eram haitianos.

A atratividade exercida pelo Brasil coincidiu com a adoção de medidas restritivas aos haitianos por parte dos Estados Unidos. Após o terremoto de 2010, o US Immigration and Custom Enforcement (ICE) interrompeu tem-

porariamente a devolução de haitianos, sob o argumento de que o Haiti não oferecia condições para que os migrantes retornassem. Esta política se manteve até abril de 2011, quando a ICE retomou as remoções e passou a devolver ao Haiti os cidadãos condenados por crime grave ou que representavam ameaça à segurança dos Estados Unidos. A mudança na política americana foi estimulada pela aparente melhora da situação no Haiti, resultado de esforços internacionais para recuperação do país e que tiveram início após o terremoto.

Para o Brasil, a entrada de haitianos representou inversão no padrão migratório sob dois aspectos. Em primeiro lugar, por representar um novo estímulo ao fluxo de imigração para o país, um movimento que tinha reduzido nas últimas duas décadas do século XX em decorrência da conjuntura macroeconômica desfavorável. Em segundo lugar, pela origem étnica dos imigrantes. Nesse sentido, desde a entrada em vigor da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, a entrada de imigrantes negros de origem africana tinha dado lugar à imigração sobretudo de brancos de origem europeia, além de japoneses, sírios e libaneses.

O fluxo de haitianos levou à mobilização da sociedade civil no Brasil, para atender a uma demanda por ações de acolhimento com a qual o país não estava habituado a lidar e para a qual o setor público não estava preparado para atender. A sociedade civil organizada respondeu com iniciativas pontuais às demandas por acolhimento, em iniciativas que cotemplaram desde o atendimento imediato aos imigrantes e suprimento de suas necessidades básicas de moradia e alimentação, até o aconselhamento jurídico e profissional, ensino de idioma e projetos voltados para a qualificação.

No entanto, em que pese a importância das iniciativas de acolhimento, o país não contou com uma estratégia de longo prazo voltada para a inserção da comunidade haitiana e que levasse em consideração tanto a assimilação gradual de elementos da cultura brasileira quanto a manutenção de outros da cultura de origem. Como lembra Silva (2017, p. 105), como os imigrantes recém-chegados não tinham domínio de “códigos culturais” e “exigências do mercado de trabalho locais,” foi necessária a mediação de instituições, dentre as quais a Pastoral do Migrante e ONGs não confessionais. Estas instituições assumiram diversas funções, tais como o encaminhamento ao mercado de trabalho e os deslocamentos internos dos imigrantes pelo Brasil.

Mesmo após a desaceleração do fluxo migratório de haitianos para o Brasil, em 2015, o Haiti ainda se mantém como um dos cinco países estrangeiros que mais recebeu remessas provenientes do Brasil. As remessas realizadas por

haitianos residentes no Brasil às suas famílias foi de 72 milhões de dólares em 2016, o equivalente às remessas feitas do Brasil para Portugal no mesmo ano⁶.

A DEFINIÇÃO DE UMA NOVA ESPACIALIDADE

A inclusão da América do Sul no espaço migratório haitiano teve início com a política migratória favorável adotada pelo governo brasileiro e foi favorecida pela conjuntura econômica que vigorava no país. No entanto, o crescimento do fluxo de haitianos para o Brasil envolveu outros países latino-americanos e nacionais de outras origens, dentre as quais imigrantes sem origem latina, tais como ganeses e senegaleses. O envolvimento de outros países e nacionalidades configurou uma nova espacialidade para os movimentos populacionais e redefiniu a posição da América do Sul no contexto dos fluxos migratórios internacionais. O fortalecimento do fluxo de haitianos para o Brasil acarretou a inclusão de países vizinhos, como o Equador e o Peru. A inclusão destes países foi fruto do surgimento de duas rotas de entrada de haitianos no Brasil.

Parte dos haitianos portava o visto humanitário e entrou para o Brasil por via sobretudo aérea. Outro grupo seguia uma rota mista, atravessando até a América do Sul por via aérea e finalizando o trajeto de entrada no Brasil pela fronteira terrestre. Este grupo, composto por imigrantes que não portavam o visto, utilizava o território do Equador e do Peru para consecução da travessia (Vásquez, Busse, Izaguirre, 2014, p. 83-88).

A definição desse trajeto ocorreu por uma combinação de razões. Primeiramente, a emissão de vistos no Equador atraiu para lá haitinos. Em segundo lugar, a disponibilidade de acesso pela rodovia Panamericana surgiu como uma alternativa viável para a finalização do trajeto até o Brasil, passando pelo Peru. Finalmente, intermediários começaram a atuar na condução dos imigrantes, beneficiando-se da falta de conhecimento da maioria dos haitianos sobre a rota, a língua e as distâncias ainda por serem percorridas até a chegada à fronteira brasileira.

Esta rota levou os primeiros haitianos a se estabelecerem em Manaus a partir de 2010 (Silva, 2016). Entretanto, a rota até a fronteira norte brasileira teve sua fase de pico entre os anos de 2013 e 2014. Neste período a entrada de

6 Dados disponíveis em <http://www.valor.com.br/financas/4882216/estrangeiros-remetem-recorde-de-us-181-milhoes-familias-no-exterior>

imigrantes aumentou e muitos permaneceram em abrigos no Acre, até conseguirem recursos ou oferta de trabalho que permitisse prosseguirem até cidades das regiões Sudeste e Sul. Neste período, as informações sobre a deterioração das condições de emprego no Brasil ainda não tinham refletido sobre os fluxos de haitianos e, na época, a emissão de vistos aos haitianos era restrita a um pequeno número por mês, concedidos no Equador e no Haiti. A fim de controlar a entrada pela fronteira norte, o governo brasileiro intensificou a emissão de vistos a partir de 2015.

Muitos dos imigrantes que entraram pela fronteira norte foram recrutados diretamente por empregadores, geralmente estabelecidos no sul e sudeste do Brasil. Assim, a migração haitiana para o Brasil foi também marcada por uma significativa mobilidade interna. Isso significa que após a entrada no território brasileiro os haitianos se mostraram dispostos a se deslocaram espacialmente em função da disponibilidade de trabalho.

Um aspecto particular da migração haitiana para o Brasil foi o direcionamento do fluxo entre cidades no Haiti e no Brasil, de acordo com uma lógica espacial bastante particular: o local de residência escolhido pelos haitianos no Brasil guardava relação com a cidade de onde os imigrantes partiam no Haiti. Assim, os movimentos caracterizam-se pela saída de haitianos de cidades específicas no Haiti, com destino a cidades específicas no Brasil, como mostram Fernandes e Castro (2014, p. 58-61). Esta dinâmica espacial foi fruto das conexões que os haitianos mantêm sob forma de redes pessoais, o que permite o compartilhamento de informações sobre o local de destino, o planejamento da viagem e o acolhimento após a chegada.

A partir de 2015, o aumento na quantidade de vistos emitidos coincidiu com a repercussão das primeiras percepções dos haitianos sobre a real situação econômica do Brasil, o que provocou a redução no número de usuários da rota de entrada pela fronteira norte.

Há de se considerar a existência de uma defasagem entre a manifestação dos sinais de crise econômica e os seus impactos sobre o fluxo migratório. Isso ocorre porque o projeto de migrar requer alguma preparação (financeira, logística e emocional), que não se interrompe imediatamente e abruptamente diante de sinais de crise. Além disso, muitos haitianos persistiam no projeto de imigrar para o Brasil porque as condições macroeconômicas deterioradas do Brasil ainda superavam os elementos de expulsão que historicamente prevaleciam no Haiti.

No entanto, a centralidade exercida pelo Brasil já registra sinais de enfraquecimento. O Chile, tem se destacado como um país receptor de imigrantes haitianos, muitos dos quais vindos do Brasil. A entrada no Chile, com visto de turista, acarreta a necessidade de comprovação de recursos ou apresentação de um convite que assegure a permanência no país. A inexistência de uma política de concessão de visto, como a praticada no Brasil, deixa os haitianos mais vulneráveis à atuação de intermediários que negociam a venda de carta-convite, alojamento e oferta de trabalho, até que obtenham o visto de permanência definitiva. De acordo com Pedemonte et al (2016, p. 3), o número de vistos de permanência outorgados a imigrantes haitianos foi de apenas 1.183 em 2015, embora o número tenha crescido rapidamente desde 2013.

Paralelamente ao fortalecimento do Chile, o México também passou a integrar o mapa migratório haitiano como país de acolhimento temporário para os imigrantes vindos do Brasil, mas que não obtiveram sucesso na tentativa de entrar nos Estados Unidos vindos do Brasil. Fontes ligadas às casas de acolhida em Tijuana reportam a chegada mensal de centenas de imigrantes haitianos vindos do Brasil, em um movimento crescente, que se intensificou durante o ano de 2016. A ausência de dados oficiais compromete a mensuração adequada destes novos movimentos, seja a partir da saída do Brasil ou da entrada nos novos destinos, já que os fluxos de remigração ocorrem por rotas terrestres que levam à entrada indocumentada ou que admitem os haitianos com status de turista, não revelando assim, de imediato, as intenções de trabalho e residência dos movimentos desta diáspora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de haitianos para o Brasil é parte de uma diáspora complexa e dinâmica, que permitiu a consolidação de um novo circuito para a mobilidade internacional de pessoas no Hemisfério Sul. A inclusão do Brasil no espaço transnacional haitiano configurou uma curva para o sul, determinada pelo agravamento dos fatores de expulsão no Haiti, pela atratividade do Brasil e pelos riscos inerentes à migração para outros destinos, como os Estados Unidos.

A migração haitiana para o Brasil representou uma inversão de tendências dos padrões migratórios do país de origem. Ela também inseriu o Brasil na condição de país de destino de fluxos migratórios internacionais, pois a rota norte recebeu adesão de imigrantes de outras nacionalidades, além da haitiana.

Além disso, acarretou reflexões do setor público, privado e do meio acadêmico, mobilizou a sociedade civil e despertou sobre a necessidade de adaptações na legislação brasileira que trata das migrações.

O movimento de haitianos para o Brasil também revela o grande alcance geográfico da diáspora, que utiliza destinos intermediários e temporários na América do Sul, a exemplo do que já vinha ocorrendo em países do Caribe. Outros países e nacionalidades, além do Brasil e do Haiti, começaram a integrar o espaço transnacional da diáspora, o que ocorreu de duas formas. Em primeiro lugar, pela adesão de outros imigrantes à rota seguida pelos haitianos até o Brasil. Em segundo lugar, pela utilização de países da América do Sul como pontos de passagem no percurso iniciado pela migração haitiana pela rota norte.

Desde 2016, no entanto, este fluxo perde força, em resposta à conjuntura econômica do Brasil e à abertura de outros destinos. Simultaneamente, um movimento de remigração se fortalece em sentido noroeste, levando a população de origem haitiana para o Chile, México, Estados Unidos e Canadá e envolvendo outros países da América Central no trajeto. Esta remigração revela agora, com maior clareza, as intenções dos haitianos, de migrarem para destinos onde não só enfrentam menores riscos, mas também onde encontram segurança imediata em termos de trabalho e renda.

A curva para o sul pode assim ser entendida como uma fase importante da diáspora haitiana, que evolreu outros países, além do Haiti e do Brasil, atraiu fluxos migratórios de outras partes do globo, tais como imigrantes africanos, e compreendeu um deslocamento espacial de grande alcance geográfico, dada a distância percorrida pelos imigrantes. Este alcance torna-se ainda maior pelo movimento recente de remigração em direção a países como o Chile e Estados Unidos.

Assim, a migração haitiana para o Brasil representou um movimento marcado pela globalidade e transnacionalidade e, como tal, desperta os países envolvidos para a necessidade de debates e políticas que sejam também caracterizadas pela transnacionalidade e globalidade, seguindo a lógica da mobilidade populacional contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS – ACNUR. Sistema de refúgio brasileiro: desafios e perspectivas. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema_de_Refugio_brasileiro_-_Refugio_em_numeros_-_05_05_2016.pdf. Acesso em: 5 nov. 2016.

AMARAL, Friedrich Ernesto, FUSCO, Wilson. *Shaping Brazil: The Role of International Migration*. MPI- Migration Policy Institute, June 1, 2005. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/shaping-brazil-role-international-migration>. Acesso em: 2 dez 2016.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n.20, p. 173-196, jan./jun 2016.

BORDWIN, Paul. Marginality and Subjectivity in the Haitian Diaspora. *Anthropological Quarterly*, v. 76, n. 3, p. 383-4, 2003.

BRUNELLI, André de Queiroz. *Two Decades of Structural Shifts in the Brazilian Labor Market: assessing the unemployment rate changes through stylized facts on labor supply and labor demand*. Brasilia: Banco Central do Brasil, Working Paper Series 348, p. 1-82, February 2014.

CARVALHO, José Alberto M. de, 1996. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimativa. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v.13, n.1, p 3-14, 1996.

COHEN, Robin. *Global diasporas: an introduction*. London, New York, Routledge, 2008.

COURGEAU, Daniel. Relations entre cycle de vie et migrations. *Population*, n.3, p. 483-514, 1984.

DIAMOND, Jared. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou sucesso*. Trad. Alexandre Raposo. 5. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo. Record, 2007.

FERGUSON, James. *Migration in the Caribbean: Haiti, the Dominican Republic and Beyond*. Minority Rights Group International Report, 2003.

FERNANDES, Duval, CASTRO, Maria da Consolação Gomes. A migração haitiana para o Brasil: Resultado da pesquisa no destino. In: *La Migración Haitiana Hacia Brasil*. OIM, Cuadernos Migratorios n. 6, p. 51-66, 2014.

GLICK-SCHILLER, Nina, FOURON, Georges. Everywhere We Go, We Are in Danger: Ti Manno and the Emergence of a Haitian Transnational Identity. *American Ethnologist*, v. 17, n. 2, p. 329-347, May, 1990.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

GRIECO, E.M., The effects of migration on the establishment of networks: caste disintegration and reformation among the Indians of Fiji. *International Migration Review*, n.32, p. 704-736, 1998.

HARRIS, J., TODARO, M. Migration, Unemployment and Development: a two-sector analysis. *American Economic Review*, v.60, n. 1, p. 126-142, 1970.

- INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICA EN DERECHOS HUMANOS – IPPDH. Diagnóstico regional sobre migración haitiana, Agosto, 2017. Disponível em: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/publicaciones/Diagnostico_Regional.pdf. Acesso em 28 set. 2017.
- INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Haitianos no Brasil: dados estatísticos, informações e uma recomendação. Disponível em: www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/373-haitianos-no-brasil-dados-estatisticos-informacoes-e-uma-recomendacao. Acesso em: 28 set.2017.
- LIN, Nan. Building a network theory of social capital. In: LIN, N., COOK, K., BURT, R. (Ed). *Social Capital: theory and research*. New York: Walter de Gruyter Inc., 2001.
- MANNING, Patrick. *Migration in World History*. New York, London: Routledge, 2005.
- MASSEY, D.S., et al. Theories of international migration: a review and appraisal, *Population and Development Review*, v. 19, n.3, p. 431-466, 1993.
- METZNER, Tobias. La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen. In: *La Migración Haitiana Hacia Brasil*. OIM, Cuadernos Migratorios n. 6, p. 15-32, 2014.
- PACÍFICO, Andrea Pacheco, PINHEIRO, Thais Kerly Ferreira. O status do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do Pós-Estruturalismo *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional*. v. 1, n.1, p. 107-125, 2013.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul-set 2005.
- PEDEMONTE, Nicolás Rojas (et al). *Migración Haitiana en Chile*. Boletín Informativo n. 1. Departamento de Extranjería y Migración, 2016.
- PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis dia-crónico-temporal de los procesos migratórios. *UNED – Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n.19, p. 101-132, 2010.
- PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. *Annual Review of Sociology*, 24, p.1-24, 1998.
- RAMALHO, Antônio Jorge Rocha, GOES, Fernanda Lira. *Aspectos do financiamento das operações de paz da ONU: implicações para a política externa brasileira*. Boletim de Economia e Política Internacional IPEA, n. 2, p. 61-68, Abril 2010.
- SÁ, Patricia Rodrigues Costa. As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. *Cadernos OBMigra*, v.1, n.3, p. 99-127, 2015.
- SANTOS, Mauro Augusto dos, et al. *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte, Cedeplar / UFMG, Texto para discussão n. 398, 2010.
- SCHILLER, Nina Glick, BASCH, Linda, BLANC, Cristina Szanton. From Immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, Jan. 1995.
- SILVA, Sidney A. Entre o Caribe e a Amazônia: haitianos em Manaus e os desafios da inserção sociocultural. *Estud. av.*, v.30, n.88, set/dez. 2016.

SILVA, Sidney Antonio. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Popacionais*, v.34, n.1, p.99-117, jan/abr 2017.

STARK, Oded. *The migration of labor*. Cambridge, Oxford: Blackwell Publisher, 1993.

UNICEF. Haiti: Migration profiles. Disponível em: <https://esa.un.org/miggmgprofiles/indicators/files/Haiti.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM – UNDP. Human Development Program 2016. New York, 2016.

ULYSSE, Gina Athena. *Why Haiti needs new narratives: a Post-Quake chronicle*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press, 2015.

VÁSQUEZ, Tania, BUSSE, Erika, IZAGUIRRE, Lorena Izaguirre. La Migración Haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. In: La Migración Haitiana Hacia Brasil. OIM, Cuadernos Migratorios n. 6, p. 83-106, 2014.

WAH, Tatiana. Engaging the Haitian Diaspora. *Cairo Review*, n. 9., p. 56-69, 2013.

WEEKS, Gregory B. WEEKS, John R. *Irresistible forces: Latin American Migrations to the United States and its effects in the South*. Albuquerque: the University of New Mexico Press, 2010.

WEISBROT, Mark, JOHNSTON, Jake, LEFEBVRE, Stephen. *The Brazilian Economy in Transition: Macroeconomic Policy, Labor and Inequality*. Washington, D.C, Center for Economic and Policy Research, p 1-25, 2014.

WILLIAMS, Allan, M. BALAZ, Vladimir. *Migration, Risk and Uncertainty*. New York, London, Routledge, 2015.